

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS**

BRUNO PIRES DIAS

INVESTIMENTO PÚBLICO INFLUENCIA NA REELEIÇÃO?
Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo no
período de 2001 a 2012

**VITÓRIA
2016**

BRUNO PIRES DIAS

INVESTIMENTO PÚBLICO INFLUENCIA NA REELEIÇÃO?

Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo no
período de 2001 a 2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Valcemiro Nossa

VITÓRIA

2016

BRUNO PIRES DIAS

INVESTIMENTO PÚBLICO INFLUENCIA NA REELEIÇÃO?

Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo no período de 2001 a 2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível Profissionalizante, na linha de pesquisa Contabilidade e Controladoria Aplicadas ao Setor Público.

Aprovada em 22 de março de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. VALCEMIRO NOSSA

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)
Orientador

Prof. Dr. DANILO SOARES MONTE-MOR

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

Prof. Dra. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

RESUMO

A literatura aponta que instrumentos de política fiscal podem ser utilizados pelos governantes que disputam a reeleição com a finalidade de sinalizar competência e aumentar sua popularidade. Com efeito, a inauguração de obras públicas em anos eleitorais tornou-se prática corriqueira no Brasil. Neste contexto, este trabalho investiga a influência dos investimentos públicos sobre a recondução dos prefeitos dos municípios do estado do Espírito Santo, entre 2001 e 2012. Por meio da metodologia de regressão logística, os resultados sugerem que os eleitores capixabas, de modo geral, premiam os prefeitos que promovem incrementos relativos de investimentos públicos no período próximo às eleições, o que se mostra consistente com a literatura mais recente de ciclos políticos e de comportamento eleitoral, embora não tenha havido a comprovação empírica de que os eleitores sejam conservadores sob a ótica fiscal. A pesquisa revelou ainda que possuir maior arrecadação de recursos eleitorais e maior capital político são fatores que, em maior ou menor grau, contribuem para o sucesso eleitoral dos prefeitos, partidos políticos e coligações partidárias postulantes à reeleição. Ademais, encontraram-se indícios de que a melhoria das condições de desenvolvimento humano no âmbito das cidades influencia negativamente a permanência no poder no tocante à recondução política. Os resultados gerados contribuem para elevar a compreensão do eleitorado acerca da motivação das ações dos gestores públicos, podendo auxiliar ainda na proposição de restrições institucionais relativas a manipulações fiscais oportunistas realizadas pelos governantes durante o período eleitoral.

Palavras-chave: Ciclos políticos. escolha pública. investimentos públicos. eleições regionais.

ABSTRACT

The literature suggests that fiscal policy instruments can be used by rulers vying for re-election in order to signal competence and increase its popularity. Indeed, the opening of public works in election years it has become commonplace practice in Brazil. In this context, this paper investigates the influence of public investment on the reappointment of mayors of municipalities in the State of Espírito Santo, between 2001 and 2012. By means of logistic regression methodology, the results suggest that voters from the State of Espírito Santo generally reward the mayors that promote increments for public investment in the period surrounding the elections, being consistent with the most recent literature of political cycles and electoral behavior, although there was no empirical evidence that those voters are conservative in fiscal perspective. The survey also revealed that has a great collection of electoral resources and more political capital are factors that, to a greater or lesser extent, contributed to the electoral success of the mayors, political parties and party coalitions candidates for re-election. In addition, they found themselves evidence that the improvement of human development conditions within the cities negatively influences the permanence in power with regard to policy renewal. The results generated contribute to increase the understanding of the electorate about the motivation of the actions of public officials, and may also assist in proposing institutional restrictions on tax opportunistic manipulations carried out by the government during the election period.

Keywords: Public investments. reelection. voters.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	06
2 REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES.....	11
2.1 CICLOS POLÍTICOS	11
2.2 COMPORTAMENTO DO ELEITOR.....	13
2.3 IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E DA POLÍTICA FISCAL NOS RESULTADOS ELEITORAIS	15
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	21
3.1 COLETA DE DADOS.....	21
3.2 VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	23
3.3 MODELAGEM ESTATÍSTICA	28
4 RESULTADOS.....	30
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	30
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	31
5 CONCLUSÃO	35
5.1 LIMITAÇÕES E TRABALHOS FUTUROS	36
REFERÊNCIAS.....	38

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Não são poucas as pesquisas que se propõem a estudar os fatores determinantes do voto. Segundo Nakaguma e Bender (2005, p. 6): “como regra, esses trabalhos têm concluído que a orientação eleitoreira sobre as políticas é bastante forte”.

Ademais, diversos estudos têm se debruçado sobre os efeitos dos gastos públicos sobre as chances de recondução dos governantes. Enquanto Rogoff (1990) sugere que os mandatários tendem a priorizar, em detrimento de outras despesas, a execução de gastos que são mais visíveis aos eleitores, Shi e Svensson (2002) concluem que os governantes geralmente promovem um aumento geral da execução das despesas públicas como forma de sinalização de sua competência junto ao eleitorado, mesmo que possam incorrer em déficits orçamentários.

A literatura na área tem constatado ainda que o aumento de investimentos públicos é o principal meio para o governante angariar popularidade em períodos eleitorais, devido a seu impacto direto e imediato no bem-estar do eleitor. Schuknecht (1998) cita o efeito do aumento de gastos de projetos de investimentos nos índices de empregabilidade, bem como o fato de a execução de determinadas despesas de capital, como a construção de estradas, ser relativamente mais fácil de se iniciar ou acelerar em períodos pré-eleitorais.

Por outro lado, a visão de que o aumento de gastos de capital e a expansão fiscal configuram efetiva ferramenta para obter votos tem sido questionada (DRAZEN;

ESLAVA, 2005). Peltzman (1992) encontrou evidências de que os eleitores norte-americanos punem gestores locais que promovem aumentos gerais de gastos públicos às vésperas das eleições, enquanto Brender e Drazen (2005) concluíram, em estudo que contemplou vários países desenvolvidos, que déficits orçamentários obtidos nos três últimos anos do mandato reduzem as chances de recondução dos governantes.

Desde que a reeleição de Chefes do Poder Executivo foi permitida constitucionalmente no Brasil, 82 prefeitos dos municípios do estado do Espírito Santo tiveram seus mandatos renovados. Isso resultou numa taxa de reeleição que conferiu, a mais de 43% dos prefeitos que entraram nas disputas, mais quatro anos de mandato, tomando-se por base as eleições municipais dos anos de 2000, 2004, 2008 e 2012.

Paralelamente, os municípios capixabas realizaram, no período de 2000 a 2012, cerca de R\$ 8,5 bilhões de despesas de investimentos, em valores correntes, montante superior ao total de investimentos públicos realizados com recursos de caixa do tesouro pelo governo do estado do Espírito Santo no mesmo período (ESPÍRITO SANTO, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

Bertussi e Júnior (2012) destacam a capacidade de os investimentos públicos gerarem externalidades positivas, propiciando uma elevação da produtividade de outros investimentos e proporcionando ganhos de escala a outras atividades. Por sua vez, Magalhães e Toscano (2011) ressaltam o papel desencadeador dos investimentos de efeitos multiplicadores na economia, com poder de acelerar de forma considerável processos de expansão da capacidade produtiva.

Em que pese haver estudos brasileiros que abordam, por exemplo, as causas determinantes da existência de ciclos eleitorais na política fiscal (NAKAGUMA; BENDER, 2010), a influência da ideologia partidária sobre o resultado fiscal (ARVATE *et al*, 2008), o comportamento do eleitor diante da qualidade da gestão fiscal (CAVALCANTE, 2015), dentre outros, percebe-se uma lacuna de trabalhos que busquem avaliar a influência dos investimentos públicos na recondução de políticos locais, em especial no âmbito dos municípios capixabas.

Diante do exposto, tomando por base as eleições municipais de 2004, 2008 e 2012, este estudo buscou responder à seguinte questão de pesquisa:

Os investimentos públicos exercem influência sobre a reeleição dos prefeitos dos municípios do estado do Espírito Santo?

Segundo Arvate, Mendes e Rocha (2010), estudos de ciclos políticos tomando por base as administrações municipais têm por vantagem uma menor diferenciação de estruturas constitucionais, legais e eleitorais entre as referidas unidades federativas, tendendo a produzir resultados mais ajustados.

É o que afirma Klein (2012), para quem os municípios brasileiros, em especial os menores, possuem uma parcela expressiva de suas receitas dependente de transferências do Governo Federal, enquanto boa parte das despesas públicas são descentralizadas a nível local, o que torna os prefeitos peças-chave no tocante à gestão das finanças públicas municipais, principalmente em relação ao gasto público.

Ademais, investigar os fatores determinantes da recondução política mostra-se importante por diversos motivos, em especial pelo fato de que desconsiderar as razões político-eleitorais dos governos na análise macroeconômica pode ensejar a

realização de prognósticos equivocados, comprometendo a qualidade das previsões de eventos econômicos futuros (FIALHO, 1997).

No caso brasileiro, todas as eleições são realizadas periodicamente em datas predefinidas, o que, de acordo com Sakurai e Gremaud (2007), pode permitir à classe política ajustar o *timing* das políticas implementadas, de modo que os resultados das políticas públicas instaladas possam influenciar na popularidade do governante. O autor destaca o fato de que, nos municípios, dada a maior proximidade dos indivíduos em relação a estas esferas do poder político, é razoável considerar a hipótese de que a demanda da sociedade por recursos públicos recaia principalmente sobre a administração local, gerida por políticos cuja ascensão política muitas vezes condiciona-se ao sucesso obtido na administração de instâncias menos agregadas de poder político.

Para Brender e Drazen (2005), as chamadas “manipulações fiscais” visando interesses privados são utilizadas mais largamente nas novas democracias, em virtude da inexperiência dos eleitores ou da falta de informações. Além disso, é importante destacar que a manipulação da política fiscal tende a ser mais acentuada nos entes subnacionais, em virtude do acesso mais restrito por parte destes governos de outros instrumentos de política governamental, como a monetária e a cambial (KNEEBONE; MACKENZIE, 2001).

Com base na questão formulada, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa investigar a influência dos investimentos públicos na reeleição dos prefeitos dos municípios do estado do Espírito Santo, tomando-se por análise as eleições de 2004, 2008 e 2012.

Como objetivos específicos, têm-se, (i) em relação à reeleição de prefeitos e à recondução de partidos políticos e de coligações partidárias dos municípios

capixabas, estimar o impacto, na recondução política, dos investimentos realizados pelos prefeitos das referidas localidades, e (ii) avaliar se a variação entre os investimentos realizados nos períodos pré e pós-eleitoral pelos prefeitos reeleitos difere da variação entre os investimentos realizados, nos mesmos períodos, pelos prefeitos que disputaram a reeleição mas não foram reconduzidos.

Por fim, este trabalho se divide em cinco seções. Após a Introdução, o Capítulo 2 traz a sustentação teórica e empírica para este estudo, confrontando os modelos de ciclos políticos aos modelos de controle eleitoral, apresenta pesquisas relacionadas aos impactos eleitorais dos investimentos públicos e da política fiscal, bem como traça a hipótese desenvolvida para fins deste estudo; no Capítulo 3, discute-se a metodologia desta pesquisa; o Capítulo 4 dedica-se, em suma, aos resultados da influência dos investimentos públicos na recondução política; e o Capítulo 5 trata das conclusões e recomendações de pesquisas futuras, expondo-se sucintamente os resultados do trabalho.

Capítulo 2

2 REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES

2.1 CICLOS POLÍTICOS

A relação entre os ciclos econômico e político tem sido estudada na academia pelo menos desde Kalecki (1943), que sugeriu que a atuação governamental para condução da economia à situação de pleno emprego encontra obstáculos de natureza política quando empreendida em determinadas fases do ciclo econômico.

No entanto, a concepção de que os responsáveis pela política econômica tomam medidas visando exclusivamente a maximização do bem-estar social foi posta em xeque de forma definitiva com a publicação do trabalho de Downs (1957), para quem os partidos buscariam apenas a maximização de votos e a permanência no poder. Nesta linha, começam a surgir uma série de trabalhos sobre ciclos políticos na literatura econômica, com base na ideia de que os *policymakers* se valem do uso de instrumentos da política econômica com o intuito de se reeleger ou buscar objetivos ideológicos.

Tendo por pressuposto o comportamento oportunista dos governantes, Nordhaus (1975) lança trabalho seminal cujo modelo confronta, com base na curva de Phillips, o *trade-off* entre as variáveis de inflação e desemprego. Segundo o Modelo Oportunista idealizado pelo referido autor, o governante tende a adotar políticas expansionistas em períodos pré-eleitorais com vistas ao crescimento econômico e à redução do desemprego, objetivando angariar popularidade e aumentar as chances

de reeleição; passadas as eleições, adotam-se políticas contracionistas a fim de reduzir as taxas de inflação.

A abordagem do Modelo Oportunista parte da suposição de que os eleitores são retrospectivos e baseiam suas decisões com base no desempenho do partido no Governo, com foco em especial nos períodos eleitorais (miopia política). Outra premissa básica do modelo de Nordhaus é a de que o governo exerce amplo controle dos instrumentos de política macroeconômica, em especial a monetária, podendo influenciar os níveis de demanda agregada.

Anos depois, passa a ganhar relevância o Modelo de Ciclos Partidários, com base no qual o comportamento do governante não seria oportunista, mas sim ideológico. Segundo o Modelo Partidário, idealizado por Hibbs (1977), o governante não teria por objetivo principal a reeleição, mas sim o atendimento a seus ideais partidário-ideológicos, buscando implementar as políticas partidárias sustentadas por suas principais bases de apoio eleitoral.

Diferentemente do preconizado pelo Modelo Oportunista, o Modelo Partidário assume que os eleitores são heterogêneos, apresentando diferentes preferências quanto aos níveis ótimos de inflação, desemprego e crescimento, o que basearia sua escolha entre partidos de esquerda ou de direita (COELHO, 2004).

No final dos anos 70 e no início dos anos 80, um novo enfoque é conferido à Teoria dos Ciclos Políticos. A partir do surgimento da hipótese das expectativas racionais, as perspectivas clássica e partidária fundamentadas na concepção das expectativas adaptativas começam a ser refutadas.

A noção básica subjacente aos denominados “modelos racionais” de ciclos políticos sugere que o comportamento racional por parte do eleitor implicaria numa

antecipação das ações e decisões do governo, de forma que a utilização deliberada de medidas de política econômica poderia ser antevista pelo público, impossibilitando a existência de ciclos políticos de mais longa duração (FIALHO, 1997).

A incorporação da noção de racionalidade aos modelos oportunistas trouxe novo enfoque ao estudo dos ciclos políticos, a partir de dois importantes conceitos: se por um lado, os modelos “racionais oportunistas” reconhecem a existência de assimetria informacional entre eleitores e governos, por outro lado, passam a levar em conta a capacidade (competência) dos governos e a sinalização desta competência como variáveis fundamentais (ARVATE; BIDERMAN, 2005).

Estudos posteriores estenderam ao Modelo Racional as perspectivas do Modelo Partidário, de forma que os partidos teriam objetivos diferentes um dos outros quanto à condução da política econômica, por representarem visões ideológicas diversas, mesmo se dispõem das mesmas informações acerca das preferências do eleitorado, tido como “racional” no referido modelo (ALESINA, 1987).

Segundo Coelho (2004), ao rejeitar o teorema do eleitor mediano e de convergência de políticas econômicas, o Modelo Partidário Racional alinha-se à corrente inaugurada por Hibbs por realçar as diferenças ideológicas dos partidos, e o seu incentivo em colocá-las em prática de forma a recompensar as classes que os apoiam.

2.2 COMPORTAMENTO DO ELEITOR

A literatura de ciclos políticos relaciona-se com o presente estudo na medida em que procura analisar o impacto de variáveis econômicas nos resultados políticos, sob o pressuposto de que as eleições estimulariam os políticos a demonstrar

competência. Por outro lado, este trabalho assume, com base na teoria do comportamento eleitoral, que as eleições, como instrumentos de controle, atuariam no sentido de limitar a manipulação oportunista das políticas desenvolvidas pelos governantes.

A teoria da escolha racional, uma das que buscam explicar o voto, parte da premissa de que o eleitor é racional e busca maximizar a utilidade de seu voto. Segundo Castro (1992, p. 2):

A explicação econômica do voto, construída pela teoria da escolha racional no trabalho pioneiro de Anthony Downs (197), é bastante conhecida. Baseia-se nos supostos de tipo micro do individualismo metodológico: é possível explicar comportamentos políticos considerando que os indivíduos são racionais e agem intencionalmente, procurando antes de tudo maximizar, ou, em algumas versões da teoria, otimizar seus ganhos, como os consumidores no mercado econômico. A partir desses pressupostos, constrói-se uma teoria simples, elegante e instigante que explique o voto. O eleitor toma duas decisões relacionadas entre si: participar ou não do processo eleitoral, e, caso decida positivamente, escolher determinado partido ou candidato.

Para Cavalcante (2015, p. 89), na escola psicossociológica de explicação do voto, “prevalece, desde os anos 1960, a perspectiva de que os eleitores, em sua grande maioria, carecem de informação, conhecimento político e de um sistema de crenças estruturado, por isso, tomam decisões eleitorais incompetentes”.

Já Nakaguma e Bender (2010, p. 4) propõem uma explicação dos ciclos eleitorais explorando o fenômeno de risco moral advindo da relação entre os agentes políticos e os eleitores:

A literatura teórica na área de economia política propõe duas explicações alternativas para o fenômeno dos ciclos eleitorais. De um lado, os modelos de ciclos políticos ressaltam a ideia de que as manipulações eleitoreiras servem para sinalizar a “competência administrativa” dos governantes, uma vez que somente políticos realmente aptos seriam capazes de produzir tais ciclos. Por outro lado, os modelos de controle eleitoral enfatizam a possibilidade de que os ciclos eleitorais sejam induzidos, ao menos em parte, pela ausência de um monitoramento político adequado por parte dos eleitores, que, neste caso, seriam incapazes de identificar e punir manipulações fiscais oportunistas.

2.3 IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E DA POLÍTICA FISCAL NOS RESULTADOS ELEITORAIS

A literatura tem apontado que a opinião pública exerce um papel decisivo na relação entre os setores econômico e político, repercutindo nas escolhas dos eleitores no momento das eleições e influenciando na forma como os políticos buscam cumprir seus objetivos. Desta forma, os eleitores baseiam as suas escolhas políticas na avaliação que fazem do desempenho do Governo, para a qual a análise da economia mostra-se determinante (COELHO, 2004).

Em específico, diversos autores têm encontrado indícios de que os investimentos públicos exercem impacto positivo sobre o crescimento econômico e a produtividade. A título de exemplo, enquanto Aschauer (1989), ao pesquisar o setor privado norte-americano no período 1949-1985, encontrou evidências de que o investimento público, de uma forma geral, impacta positivamente o crescimento econômico e a produtividade, Easterly e Rebelo (1993) concluíram que investimentos públicos em transporte e comunicação guardam relação positiva e significativa com taxas de crescimento de longo prazo, numa pesquisa que contemplou 100 países entre 1970 e 1988.

A principal linha de pesquisa dos trabalhos que investigam a presença de ciclos políticos explora as variações nos montantes totais de receitas e despesas públicas realizadas, com foco, especificamente, na composição dos gastos públicos.

Rogoff (1990) verificou que, com o objetivo de sinalizar sua competência, os governantes tenderiam a realizar gastos mais “visíveis” em períodos pré-eleitorais, tais como investimentos em ruas, escolas, hospitais etc., tirando proveito da assimetria de informações entre eleitores e governantes.

Já Schuknecht (1996) comprovou a ocorrência de ciclos oportunistas quanto ao déficit fiscal, ao utilizar dados de 35 países em desenvolvimento no período 1970-1992, tendo sido evidenciado que o aumento do déficit fiscal nos períodos pré-eleitorais foi gerado mediante expansão de despesas públicas, em vez da redução da carga tributária. Anos depois, Schuknecht (1998), ao analisar 24 países em desenvolvimento no período de 1973-1992, chega à conclusão que os investimentos públicos também se sujeitam ao ciclo eleitoral.

Galli e Rossi (2002) analisaram a presença de ciclos políticos no âmbito dos estados alemães no período 1974-1994. Com foco em variáveis orçamentárias tais como despesa total, resultado orçamentário, investimentos, gastos administrativos e sociais, e gastos com saúde e educação, os autores detectaram a presença de déficits orçamentários crescentes e um aumento de gastos administrativos e com saúde em anos eleitorais comparativamente a anos não eleitorais, sinalizando a ocorrência de ciclos políticos. Os achados também apontaram para o fato de que os partidos não exercem influência significativa nas decisões de realizações de gastos.

Estudos mais recentes têm assumido que os eleitores, embora conservadores, têm preferências pelo aumento de gastos em algumas áreas, de forma a maximizar as chances de reeleição sem a necessidade de aumentar as despesas como um todo. Em estudo que contemplou as eleições municipais colombianas, por exemplo, Drazen e Eslava (2005) encontraram evidências de mudanças no perfil de gastos em anos pré-eleitorais, em que se constatou um aumento de despesas com investimentos e uma diminuição de gastos com custeio, partindo-se da premissa de racionalidade do eleitorado.

Akhmedov and Zhurasvskaya (2004), ao investigar o comportamento orçamentário de jurisdições russas locais em períodos eleitorais, encontrou indícios

de aumentos de gastos e de déficit público em períodos eleitorais, incrementando a teoria no sentido de que os eleitores locais, embora premiem o aumento de investimentos públicos, tendem a punir os governantes que gerem resultados orçamentários deficitários.

Veiga e Veiga (2007), em estudo que contemplou os municípios portugueses no período de 1971 a 2001, encontrou evidências de decréscimos de resultado orçamentário e de aumento de gastos, especialmente de investimentos públicos, em anos eleitorais.

No Brasil, até o final da década de 90, não se discutia no meio acadêmico acerca das tendências de manipulações fiscais com objetivos de reeleição dos governantes, a qual foi permitida no ordenamento jurídico brasileiro somente a partir de 1998. A partir daí, diversos estudos empíricos a respeito do tema foram produzidos no país.

Mendes e Rocha (2003) analisaram a probabilidade de reeleição dos prefeitos brasileiros na eleição de 2000, tendo encontrado resultados que indicaram, entre coisas, que o alinhamento partidário com o Presidente da República eleva as chances de recondução dos governantes locais.

Os ciclos políticos nos municípios de Minas Gerais foram analisados por Cançado e Araújo Junior (2004), com base nas eleições de 2000. O modelo utilizado pelo autor foi o de regressão logística, cuja variável dependente é a ocorrência ou não de reeleição do prefeito, tendo sido testadas variáveis explicativas fiscais (custeio, investimento, receita total e receita tributária), políticas (dicotômicas, se mesmo partido do presidente e do governador) e macroeconômicas (PIB).

Os resultados confirmam que o eleitor tende a punir os governantes que realizam despesas excessivas com a manutenção da “máquina pública” e a reeleger os prefeitos que angariam mais recursos mediante o aumento das receitas. Os resultados também sinalizaram que, quanto maior o PIB do município, mais difícil se torna a reeleição do prefeito.

Sakurai e Menezes-Filho (2008), em estudo que contemplou mais de 2000 municípios brasileiros, examinaram de que forma as despesas municipais impactam na probabilidade de reeleição dos prefeitos, tomando-se por base as eleições municipais de 1988 a 2003. Os autores utilizam um modelo de painel de efeitos fixos cuja variável de resposta é a ocorrência ou não de reeleição do prefeito. As variáveis explicativas testadas foram: receita tributária per capita, receita de transferência per capita, população de idosos (maior que 65 anos), população de jovens (abaixo de 14 anos), taxa de urbanização, população total, número de anos que o prefeito está no poder e alinhamento político (se o partido do presidente e do governador é o mesmo que o do prefeito concorrente à reeleição).

Os resultados sugerem que o aumento de despesas de capital (investimentos) influencia positivamente na reeleição dos prefeitos brasileiros, enquanto, no tocante às variáveis sociodemográficas, apontam uma relação positiva entre o tamanho da população e a reeleição.

Arvate, Mendes e Rocha (2010), em estudo acerca das eleições municipais brasileiras ocorridas em 2000, investigaram se os eleitores são conservadores sob a ótica fiscal. Utilizando um modelo probit cuja variável de resposta é a ocorrência ou não de reeleição do prefeito, foram testadas variáveis explicativas geográficas e sócio-econômicas das cidades brasileiras (área geográfica, população, região etc.), bem como determinadas características pessoais dos próprios prefeitos, como, por

exemplo, capital político (número de votos obtido na eleição anterior). Foram encontrados indícios de que os eleitores brasileiros têm preferência por níveis maiores de gastos públicos, especialmente a parcela menos instruída.

Klein (2010), em estudo que testa a presença de ciclos político-orçamentários nas eleições municipais brasileiras com base em dados fiscais e eleitorais, encontrou evidências de que, em média, os prefeitos reelegíveis gastam cerca de 3% a mais em anos eleitorais que os não reelegíveis. E que os prefeitos que concorrem à reeleição gastam cerca de 5% a mais que os não reelegíveis e os que não concorrem à reeleição.

Aplicando o método econométrico de diferença-em-diferenças e o de regressão logística, e tendo por base as eleições municipais de 2004, o autor também encontra evidências de que o aumento de gastos realizados em anos eleitorais pelos prefeitos concorrentes à reeleição eleva suas probabilidades de recondução, desde que referido aumento não extrapole os limites de déficit aceitáveis pelo eleitorado.

Klein e Sakurai (2014), em pesquisa que abrangeu mais de 3000 municípios brasileiros entre 2001 e 2008, encontraram relevantes evidências de que os governantes locais buscam maximizar suas chances de reeleição direcionando a execução orçamentária das cidades que governam, nos períodos eleitorais, para gastos mais visíveis ao eleitorado, não obstante busquem não comprometer o equilíbrio orçamentário e fiscal.

Por fim, Cavalcante (2015), ao examinar os efeitos do desempenho fiscal das cidades brasileiras na probabilidade de reeleição dos prefeitos em 2008, tendo encontrados resultados que reafirmam o impacto de variáveis orçamentárias e financeiras sobre as chances de recondução dos governantes.

Com base nas pesquisas citadas e tomando-se por base os municípios do estado do Espírito Santo ao longo dos exercícios de 2001 a 2012, este trabalho testará a seguinte hipótese:

H1: Os aumentos de investimentos públicos realizados na segunda metade do mandato em relação à primeira metade implicam em maiores chances de reeleição do prefeito que disputa a reeleição.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 COLETA DE DADOS

Para cumprir o objetivo deste trabalho, que foi investigar a influência dos investimentos públicos na reeleição dos prefeitos capixabas, tomou-se como amostra todos os 78 municípios capixabas. Os dados contemplaram os exercícios de 2001 a 2012, abrangendo as eleições municipais de 2004, 2008 e 2012.

As informações contábeis foram coletadas do banco de dados consolidados dos municípios do FINBRA – Finanças do Brasil, disponibilizado no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, enquanto os dados demográficos e político-eleitorais foram extraídos, respectivamente, dos sítios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, a saber:

Informações Contábeis:

- Investimentos empenhados;
- Despesa orçamentária empenhada;
- Receita orçamentária arrecadada; e
- Resultado orçamentário;

Informações Demográficas:

- População; e
- IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).

Informações Eleitorais:

- Resultados das eleições;

- Partidos políticos do Presidente da República, do Governador do estado e dos prefeitos dos municípios;
- Doações eleitorais; e
- Votação obtida nas eleições anteriores.

Em matéria de dados disponíveis para todas as variáveis em análise, observações de municípios que não apresentaram dados para todas as variáveis explicativas dos modelos testados foram descartadas. Assim, os testes que tiveram por variável dependente a reeleição de prefeito totalizaram 102 observações completas, de um total de 109 observações. Já os testes que tiveram por variáveis dependentes a recondução de partido político e a de coligação partidária totalizaram, respectivamente, 137 e 138 observações completas, de um total de 234 observações para cada variável dependente.

Além disso, as observações referentes aos anos de mandato em que não houve disputa de reeleição de prefeito não foram consideradas para fins dos testes que tiveram por variável dependente a reeleição de governante. Da mesma forma, as observações referentes aos anos de mandato em que não houve disputa para recondução de partido político não foram consideradas para fins dos testes que tiveram por variável dependente a recondução de partido político. E também foram desconsideradas, para fins dos testes que tiveram por variável dependente a recondução de coligação partidária, as observações referentes aos anos de mandato em que o partido político do prefeito incumbente não constava de nenhuma das coligações partidárias dos candidatos a prefeito que disputaram a eleição.

3.2 VARIÁVEIS DA PESQUISA

Nesta pesquisa, foram adotadas como variáveis dependentes as informações de reeleição dos prefeitos e as de recondução dos partidos políticos e coligações partidárias.

A variável dependente **Reeleição de Prefeito (REEPREF)** é uma variável binária (*dummy*) que assume o valor igual a 0 (zero) para os municípios cujos prefeitos que disputaram a reeleição não se reelegeram, e valor igual a 1 (um) caso contrário.

A variável dependente **Recondução de Partido Político (REEPART)** é uma variável binária (*dummy*) que assume o valor igual a 0 (zero) para os municípios em que os partidos que disputaram a reeleição não foram reconduzidos, e valor igual a 1 (um) para os municípios em que os partidos que disputaram a reeleição foram reconduzidos por mais quatro anos.

Já a variável dependente **Recondução de Coligação Partidária (REECOLIG)** é uma variável binária (*dummy*) que assume o valor igual a 0 (zero) para os municípios em que o partido do prefeito incumbente não pertence à coligação partidária do governante eleito no mandato subsequente, e valor igual a 1 (um) caso contrário.

Para os fins desta pesquisa, considerou-se que as variáveis dependentes **Recondução de Partido Político (REEPART)** e **Recondução de Coligação Partidária (REECOLIG)** também assumem valor igual a 1 (um) para os municípios cujos prefeitos que disputaram a reeleição foram reconduzidos, independentemente se houve recondução de partido político ou de coligação partidária.

O quadro 1 exemplifica as variáveis dependentes que foram testadas estatisticamente:

Variável Dependente	Dummy	Descrição
Reeleição de Prefeito	0	Não houve reeleição do prefeito
	1	Houve reeleição do prefeito
Reeleição de Partido	0	Não houve reeleição do prefeito nem recondução do partido
	1	Houve reeleição do prefeito ou recondução do partido
Reeleição de Coligação	0	Não houve reeleição do prefeito nem recondução do partido ou coligação partidária
	1	Houve reeleição do prefeito ou recondução do partido ou coligação partidária

Quadro 1 – Variáveis Dependentes – Reeleição e Recondução Política

As variáveis explicativas selecionadas, suas descrições, bem como a relação esperada com a recondução do governante e do partido político ou coligação partidária, estão descritas no quadro 2:

Variável Explicativa	Descrição	Relação	Base Teórica
Partido do Presidente	Informação se o partido do prefeito, partido ou coligação que disputa a reeleição/recondução é o mesmo do Presidente da República.	Positiva	Klein (2010)
Partido do Governador	Informação se o partido do prefeito, partido ou coligação que disputa a reeleição/recondução é o mesmo do Governador do Estado.	Positiva	
População	População do município.	Positiva	
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano municipal.	Negativa	Vicente e Nascimento (2002)
Investimentos Públicos (Variação)	Diferença entre os percentuais de execução de despesas orçamentárias de investimentos realizadas pelo município, respectivamente, nos períodos pré e pós-eleitoral do mandato correspondente.	Positiva	Schuknecht (1998) e Drazen e Eslava (2005)
Resultado Orçamentário (Variação)	Diferença entre os resultados orçamentários apurados pelo município, respectivamente, nos períodos pré e pós-eleitoral do mandato correspondente.	Positiva	Peltzman (1992)
Receitas Eleitorais	Quociente entre o total das receitas eleitorais arrecadadas pelo prefeito que disputa a reeleição ou cujo partido ou coligação partidária disputa a recondução e a soma do referido total com as receitas eleitorais do outro candidato a prefeito que mais recebeu votos na disputa eleitoral correspondente.	Positiva	Cervi (2010)
Capital Político	Quociente entre a votação da eleição anterior do prefeito que disputa a reeleição ou cujo partido disputa a recondução e a votação do outro candidato a prefeito que mais recebeu votos na disputa eleitoral correspondente.	Positiva	Klein (2010)

Quadro 2 – Variáveis Explicativas – Reeleição e Recondução Política

A definição das variáveis fiscais em formato de quocientes teve por objetivo evitar a utilização de índices de correção do poder aquisitivo da moeda bem como corrigir distorções decorrentes das diferenças de “tamanho” entre os municípios, tal como foi realizado por Vicente e Nascimento (2012).

Visando evidenciar o impacto dos investimentos públicos na probabilidade de reeleição ou recondução de prefeitos, partidos e coligações partidárias, adotou-se como *proxy* uma variável (**CHANGE_INV**) relacionada à diferença entre os percentuais de execução de despesas orçamentárias de investimentos realizadas pelo município, respectivamente, nos períodos pré e pós-eleitoral do mandato eletivo correspondente. Espera-se que esse indicador tenha relação positiva com a probabilidade de reeleição dos prefeitos ou recondução dos partidos ou coligações partidárias, em linha com os achados de Schuknecht (1998), Drazen e Eslava (2005) e de Sakurai e Menezes-Filho (2008), por corresponderem a despesas cujos efeitos são mais visíveis aos eleitores.

Adotou-se como *proxy* do resultado orçamentário, neste estudo, uma variável (**CHANGE_RESORC**) relacionada à diferença entre os resultados orçamentários apurados pelo município, respectivamente, nos períodos pré e pós-eleitoral do mandato correspondente. Para fins deste estudo, resultado orçamentário correspondente ao quociente entre o total de receitas arrecadadas e o total de despesas empenhadas pelo município.

Assumindo-se que os eleitores são conservadores sob a ótica fiscal e tendem a punir governantes que incorrem em déficits orçamentários (KLEIN, 2012), espera-se corroborar com os resultados de Klein e Sakurai (2014) e de Cavalcante (2015), no sentido de que um aumento da diferença de resultados orçamentários entre os períodos pré e pós-eleitoral de um determinado mandato impacte positivamente nas

chances de reeleição do prefeito ou de recondução do partido político ou coligação partidária ao qual se filia.

Estudos têm revelado que pertencer ao mesmo partido do Presidente da República ou do Governador do Estado pode aumentar as chances de reeleição do governante, em especial em virtude da provável distribuição política de transferências pela União e estados aos municípios de mesmo partido ou coligação política do governante do ente transferidor (KLEIN, 2010).

Assim, para captar o alinhamento político do prefeito, partido ou coligação partidária que disputa a reeleição ou recondução com o Presidente da República, adotou-se como *proxy* uma variável binária (**PARTPRES**) que assume o valor 1 (UM) se o governante pertence ao mesmo partido do Presidente e valor 0 (ZERO) caso contrário.

Da mesma forma, para captar o alinhamento político com o Governador do Estado, adotou-se também uma variável binária (**PARTGOV**) que assume valor 1 (UM) se o prefeito pertence ao mesmo partido do Governador e valor 0 (ZERO) caso contrário.

Assim, para estimar o grau de accountability do município, utilizou-se como *proxy* o número de habitantes da cidade, colocada em formato logarítmico para controle de seu efeito no modelo (variável **POP**). Parte da literatura de ciências políticas sugere que o grau de *accountability* é inversamente proporcional ao tamanho do colégio eleitoral (KLEIN, 2010), de forma que cidades menores tendem a reduzir a “distância” entre eleitores e seus representantes políticos, sugerindo um aumento da sensibilidade do eleitor em relação ao desempenho dos *policymakers* (PORTO; PORTO, 2000).

Os resultados esperados para a referida variável visam também a corroborar com as evidências encontradas por Sakurai (2008), que, em estudo que contemplou mais de 2000 municípios brasileiros no período de 1988 e 2000, sugerem uma relação positiva entre o tamanho da população e as probabilidades de reeleição.

Para análise do grau de desenvolvimento humano no tocante aos aspectos de longevidade, educação e renda, adotou-se como *proxy* o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (**IDHM**). Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, o que pode estar ligado a uma maior conscientização do eleitorado, consequência de um maior fluxo de informações (CANÇADO; ARAÚJO JUNIOR, 2004).

Para estimar o impacto do poder econômico do candidato sobre as chances de sua reeleição ou de recondução de seu partido ou coligação, tomou-se por *proxy* o quociente entre o total de receitas eleitorais arrecadadas pelo prefeito que disputa a reeleição, ou cujo partido ou coligação partidária disputa a recondução, e a soma do referido total com as receitas eleitorais do outro candidato a prefeito que foi eleito ou cujo partido ou coligação partidária foi reconduzido, ou ficaram em segundo lugar, conforme o caso.

Ou seja, do total de doações eleitorais recebidas pelo prefeito candidato à reeleição ou cujo partido ou coligação partidária disputa recondução, e por seu adversário político, coletou-se o percentual das doações eleitorais recebidas pelo primeiro, a fim de capturar a influência das receitas eleitorais sobre as chances de reeleição ou recondução política.

Já para estimação do poder político local do governante ou partido político (KLEIN, 2010), optou-se por uma *proxy* que sinalize o capital político (“colégio eleitoral”) do prefeito candidato a reeleição ou recondução política, que foi criada a

partir da apuração do percentual de votos por ele obtidos na eleição municipal anterior em relação a seu principal adversário político.

3.3 MODELAGEM ESTATÍSTICA

Para predição do impacto das variáveis explicativas consideradas neste estudo na probabilidade de reeleição ou recondução política, a metodologia empregada é a de regressão logística, por ser a mais adequada para tratamento de dados em que a variável dependente é categórica (GUJARATI, 2006).

As variáveis contábeis foram analisadas em dois períodos: pós-eleitoral, associado com os dois primeiros anos de mandato, e pré-eleitoral, associado com os dois últimos anos de mandato, como em Klein (2010), conforme Figura 1:



A inclusão do penúltimo ano de mandato no período pré-eleitoral se justifica com base na ideia de que a expansão de gastos advinda de suposto comportamento oportunista do governante, partido político ou coligação partidária, se inicia antes do último ano de mandato, principalmente em virtude de restrições legais relacionadas à execução orçamentária no tocante ao referido exercício.

Adicionalmente, foi realizado um teste de diferença de médias entre as variações de despesas orçamentárias de investimentos públicos realizados, respectivamente, nos períodos pré e pós-eleitoral, com o objetivo de verificar se a média da variação de investimentos realizados pelos prefeitos reeleitos é diferente da

média da variação de investimentos realizados pelos prefeitos que não foram reeleitos.

Os modelos de regressão logística utilizados foram os seguintes:

$$\text{Reeleição do Prefeito} = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \text{Controles} + \varepsilon_1$$

$$\text{Recondução do Partido} = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \text{Controles} + \varepsilon_2$$

$$\text{Recondução da Coligação} = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \text{Controles} + \varepsilon_3$$

Em que:

X_1 = Variação de Investimentos

Controles: Partido do Presidente; Partido do Governador; População; IDHM; Resultado Orçamentário (variação); Receitas Eleitorais; Capital Político.

ε = termo de erro.

Capítulo 4

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção será realizada uma análise descritiva das variáveis propostas no estudo, bem como serão apresentados os resultados obtidos por meio das regressões logísticas.

4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Nas eleições municipais de 2004, 2008 e 2012, houve 62 reeleições de prefeitos, 77 reconduções de prefeitos e partidos políticos e 205 reconduções de prefeitos, partidos políticos e coligações partidárias. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas dos dados dos municípios do estado do Espírito Santo relativos aos anos de 2001 a 2012, para os fins propostos neste estudo.

TABELA 01 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Variável	Média	Desvio-padrão
Reeleição de Prefeito	0,57	0,50
Recondução de Partido	0,35	0,48
Recondução de Coligação	0,47	0,50
Alinhamento com Presidente	0,73	0,26
Alinhamento com Governador	0,24	0,43
População	44146,39	81716,39
IDHM	0,62	0,07
Δ Investimentos	0,01	0,05
Δ Resultado Orçamentário	0,02	0,11
Receita Eleitoral	0,62	0,20
Capital Político	53,59	12,22

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Realizou-se um teste de diferença de médias entre as variações de despesas orçamentárias de investimentos realizados, respectivamente, nos períodos pré e pós-eleitoral, contemplando as eleições municipais de 2004, 2008 e 2012, com o objetivo de checar se a média da variação de investimentos realizados pelos prefeitos reeleitos é diferente da média da variação de investimentos realizados pelos prefeitos que disputaram a reeleição mas não foram reconduzidos. Os resultados constam da Tabela 02:

TABELA 02 – TESTE DE DIFERENÇA DE MÉDIAS DE INVESTIMENTOS

Grupo	Obs.	Média	Erro-padrão	Desvio-padrão
Não reeleitos	45	-0,0016443	0,0066324	0,0444912
Reeleitos	58	0,0153004	0,0054829	0,0417562
Diff = mean (0) – mean (1)				
H ₀ : diff = 0				
H _a : diff < 0 Pr(T < t) = 0,0249				
H _a : diff ≠ 0 Pr(T > t) = 0,0498				
H _a : diff > 0 Pr(T > t) = 0,9751				

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Onde,

Diff = Diferença

Mean (0) = Média das diferenças entre os investimentos públicos realizados entre os períodos pré e pós-eleitoral, respectivamente, pelos prefeitos reelegíveis mas que não foram reeleitos.

Mean (1) = Média das diferenças entre os investimentos públicos realizados entre os períodos pré e pós-eleitoral, respectivamente, pelos prefeitos que foram reeleitos.

Já na Tabela 03, são apresentados os resultados da regressão para **Reeleição de Prefeito – REEPREF, Recondução de Prefeito ou Partido Político - REEPART e Recondução de Prefeito, Partido ou Coligação Partidária – REECOLIG:**

TABELA 03 – RESULTADOS - REELEIÇÃO E RECONDUÇÃO POLÍTICA

	Estatística	Sinal esperado	Coefficiente	Erro-padrão	p-valor
REELEIÇÃO DE PREFEITO	Alinhamento com Presidente	+	0,13	0,53	0,800
	Alinhamento com Governador	+	0,52	0,35	0,138
	População	-	4,58e-07	1,90e-06	0,809
	IDHM	-	-4,77	2,29	0,037**
	Δ Investimentos	+	9,32	3,63	0,010***
	Δ Resultado Orçamentário	+	-2,31	2,10	0,273
	Receita Eleitoral	+	1,81	0,74	0,014**
	Capital Político	+	0,02	0,01	0,142
RECONDUÇÃO DE PARTIDO	Alinhamento com Presidente	+	0,14	0,42	0,749
	Alinhamento com Governador	+	0,47	0,30	0,116
	População	-	-2,26e-07	1,38e-06	0,870
	IDHM	-	-3,63	1,84	0,049**
	Δ Investimentos	+	6,83	2,86	0,017**
	Δ Resultado Orçamentário	+	-1,49	1,95	0,445
	Receita Eleitoral	+	2,00	0,60	0,001***
	Capital Político	+	0,02	0,01	0,063*
RECONDUÇÃO DE COLIGAÇÃO	Alinhamento com Presidente	+	-0,23	0,42	0,588
	Alinhamento com Governador	+	0,35	0,30	0,233
	População	-	1,47e-08	1,36e-06	0,991
	IDHM	-	-4,48	1,84	0,015**
	Δ Investimentos	+	6,53	2,86	0,023**
	Δ Resultado Orçamentário	+	-2,45	1,93	0,204
	Receita Eleitoral	+	1,85	0,59	0,002***
	Capital Político	+	0,02	0,01	0,034**

***, **, * Estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Com base nos resultados da Tabela 2, utilizando **Reeleição de Prefeito – REEPREF**, **Recondução de Prefeito ou Partido Político - REEPART** e **Recondução de Prefeito, Partido ou Coligação Partidária – REECOLIG** como variáveis dependentes, as variáveis explicativas que apresentaram significância com sinais esperados foram: diferença de investimentos entre os períodos pré e pós-eleitoral (**CHANGE_INV**), receitas eleitorais (**QRECPREF**, **QRECPAR** e **QRECCOL**), capital político (**PERCVCOLPART**) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (**IDHM**).

Os resultados significativos ao nível de 1% com sinal esperado apurados para a variável **CHANGE_INV** evidenciam que o aumento de investimentos públicos no período pré-eleitoral em relação ao período pós-eleitoral eleva as chances de o prefeito ser reeleito ou de o partido ou a coligação partidária serem reconduzidos, ratificando os estudos de Schuknecht (1998), Drazen e Eslava (2005) e Sakurai e Menezes-Filho (2008). **Logo, H1 não pode ser rejeitada.**

Em linha com os resultados estatísticos gerados pela regressão logística dispostos na Tabela 2, os resultados do teste de diferença de média constantes da Tabela 3 evidenciam, com 95% de confiança, que a média da variação de investimentos públicos realizados pelos prefeitos reeleitos é significativamente superior à média da variação de gastos de capital realizados pelos prefeitos que disputaram a reeleição mas não foram reconduzidos, sugerindo busca de sinalização de competência pelos governantes locais mediante aumento relativo de investimentos públicos e ratificando estudo de Klein e Sakurai (2014).

No entanto, não foram encontrados resultados significativos para a variável **CHANGE_RESORC**, que mede a variação dos resultados orçamentários incorridos, respectivamente, nos períodos pré e pós-eleitoral do mandato eletivo, não tendo sido comprovado empiricamente, desta forma, o conservadorismo do eleitorado local quanto ao resultado fiscal, conforme se depreende da literatura mais moderna sobre o tema.

Também foram obtidos resultados estatisticamente significantes para as variáveis de receitas eleitorais (**QRECPREF**, **QRECPAR** e **QRECCOL**), o que sugere que o aumento de doações eleitorais em relação aos demais candidatos aumenta as probabilidades de reeleição ou recondução política do prefeito, partido político ou

coligação partidária, ratificando estudo de Cervi (2010) e indicando influência do poder econômico nas decisões dos eleitores

A variável de capital político (**PERCVCOLPART**), embora não tenha apresentado resultados significativos em relação à variável dependente **Reeleição de Prefeito – REEPREF**, mostrou-se significativa e com relação positiva quanto às variáveis dependentes **Recondução de Prefeito ou Partido Político - REEPART** e a **Recondução de Prefeito, Partido ou Coligação Partidária – REECOLIG**, corroborando estudo de Cavalcante (2015) e sinalizando que, quanto maior o “patrimônio político” do partido ou coligação partidária do prefeito concorrente à eleição, maiores são suas chances de recondução.

Os resultados significativos com sinal esperado para a variável **IDHM** sugerem que, quanto menor o Índice de Desenvolvimento Humano do município, maiores as chances de reeleição ou recondução do prefeito, partido ou coligação partidária, corroborando pesquisa de Vicente e Nascimento (2012) e ratificando a teoria sobre o tema.

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como principal objetivo analisar o impacto dos investimentos públicos na reeleição dos prefeitos dos municípios do estado do Espírito Santo. Sua principal contribuição foi a de evidenciar os efeitos da execução de investimentos públicos e de seu impacto fiscal nas decisões do eleitorado no tocante à recondução política de governantes locais, com base na ideia principal de que os eleitores podem recompensar ou punir as manipulações fiscais realizadas (NAKAGUMA; BENDER, 2010), colaborando para elevar a compreensão dos eleitores acerca da motivação dos gestores públicos (VICENTE; NASCIMENTO, 2012) no tocante à execução de gastos de capital.

Os resultados obtidos neste trabalho corroboram a literatura tradicional de que os eleitores premiam os prefeitos que promovem incrementos relativos de investimentos públicos no período próximo às eleições (SCHUKNECHT, 1998; DRAZEN e ESLAVA, 2005; SAKURAI e MENEZES-FILHO, 2008), embora não tenha havido a comprovação empírica de que os eleitores capixabas sejam conservadores sob a ótica fiscal. As evidências tornam-se ainda mais relevantes considerando que também foi obtida uma relação significativa positiva entre a execução de gastos de capital com a recondução de partidos políticos e de coligações partidárias.

De forma mais específica, também foram obtidas evidências de que as receitas eleitorais arrecadadas pelos prefeitos impactam nas chances de sua reeleição ou recondução de seu partido ou coligação partidária, corroborando os resultados encontrados por Cervi (2010) e indicando que, tratando-se de disputa eleitoral, dinheiro faz a diferença.

Além disso, os resultados deste estudo apontam para o fato de que eleitores de municípios de menor desenvolvimento humano tendem a reeleger, em média, mais prefeitos, corroborando estudo de Cançado e Araújo Júnior (2004).

Desta forma, os resultados obtidos neste trabalho confirmam a influência da realização de investimentos públicos sobre as chances de recondução dos prefeitos capixabas, e têm o condão de conferir maior qualidade à análise do comportamento de variáveis fiscais dos referidos entes em anos eleitorais, permitindo uma melhor compreensão por parte dos eleitores a respeito da natureza das ações dos gestores públicos e podendo subsidiar a implementação de regras fiscais restritivas em períodos de eleição.

5.1 LIMITAÇÕES E TRABALHOS FUTUROS

Como limitação aos resultados deste estudo, destaca-se o fato de que a *proxy* utilizada em relação à realização de investimentos públicos teve por base o estágio de empenho da despesa orçamentária, cuja ocorrência temporal não corresponde ao estabelecido conforme o regime de competência preconizado pelas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público. O empenho é o primeiro estágio da execução orçamentária e consubstancia a garantia ao fornecedor ou prestador de serviços de que há suficiente dotação orçamentária paga pagamento do objeto do contrato a ser cumprido.

Outra limitação foi a de não considerar o efeito específico da mídia sobre as probabilidades de reeleição ou recondução política, por ausência de informações correspondentes para tanto. De fato, os governantes podem tentar influenciar a preferência do eleitorado mediante uso de *marketing político* (HEINE; MAUSE, 2014), embora haja autores, como Vergne (2009), que consideram que a mídia reduz a

assimetria informacional e, desta forma, diminui os efeitos eleitorais dos gastos públicos em locais em que a informação é mais acessível.

Como sugestão para futuras pesquisas, propõem-se trabalhos que possam investigar evidências de ciclos eleitorais nas funções orçamentárias dos municípios capixabas e sua relação com a reeleição dos prefeitos. Sugere-se ainda pesquisas que explorem a relação entre a ideologia partidária dos prefeitos e sua recondução política.

REFERÊNCIAS

- AKHMEDOV, A., & ZHURAVSKAYA, E. Opportunistic political cycles: test in a young democracy setting. **The Quarterly Journal of Economics**, 119, p. 1301-1338, 2004.
- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, p. 651-678, 1987.
- ALESINA, A.; ROUBINI, N. Political cycles in OECD economies. **Review of Economic Studies**, n. 59, p. 663-688, Oct. 1992.
- ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. **Economia do Setor Público do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 560 p.
- ARVATE, P. R.; MENDES, M.; ROCHA, A. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? **Est. Econ.**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 789-814, out./dez. 2008.
- _____. Are Voters Fiscal Conservatives? Evidence from Brazilian Municipal Elections. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 67-101, jan./mar. 2010.
- ASCHAUER, D. Is public expenditure productive? **Journal of Monetary Economics**, v. 23, p. 177-200, 1989.
- BARRO, R. The Control of Politicians: An Economic Model. **Public Choice**, Chicago, vol. 14, n. 1, p. 19-42, mar. 1973.
- BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 11, n. 1, p. 147-168, mar. 2005.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Manual técnico de arrecadação e aplicação de recursos e de prestação de contas: eleições 2010. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2010.
- BRENDER, A.; DRAZEN, A. Political budget cycles in new versus established democracies. **Journal of Monetary Economics**, vol. 52, n. 7, p. 1271-1295, out. 2005.
- BRENDER, A., DRAZEN, A. How do budget deficits and economic growth effect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. **American Economic Review**, v. 98, p. 2203–2220, 2008.
- CANÇADO, P. L.; ARAÚJO JR, A. F. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais - 2000. **Ibmec MG Working Paper** - WP26, 2004.
- CASTRO, M. M. M. de. Sujeito e estrutura do comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, n. 1, p. 87-104, abr. 2015.

CERVI, E. U. Financiamento de Campanha e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas jurídicas, físicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 135-167, jul./dez. 2010.

CERVI, E. U. Doações de campanha e desempenho eleitoral: Uma análise comparativa sobre as eleições para prefeitos de capitais brasileiras em 2008 e 2012. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 1, n. 1, p. 26-54, 2013.

COELHO, C. A. C. Ciclos Político Económicos e o Poder Local. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Minho – Escola de Economia e Gestão, Minho, 2004.

DOWNS, A. N. A Economic Theory of Political Action in a Democracy. **Journal of Political Economy**, Chicago, vol. 65, no 2, p. 135-150, abr. 1957.

DRAZEN, A.; ESLAVA, M. Political budget cycles without deficits: how to play favourites. College Park, MA: University of Maryland, 2004. ms.

DRAZEN, A.; ESLAVA, M. Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. **NBER Working Paper**, n. 11085, 2005.

EASTERLY, W.; REBELO, S. Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation. **Journal of Monetary Economics**, v. 32, p. 417-458, 1993.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Fazenda. Gerência de Contabilidade Geral do Estado. **Balancos gerais do estado**. Espírito Santo, 2000-2012.

FEREJOHN, J. 1986. Incumbent performance and electoral control. **Public Choice**, Chicago, vol. 50, n. 1, p. 5-25, jan. 1986.

FERREIRA, I.F.S; BUGARIN, M.S. Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n.3, pp. 271-300, Rio de Janeiro, jul./set. 2007.

FIALHO, T. M. Testando a Evidência de Ciclo Político no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v.51, n,3, p.379-89, jul./set. 1997.

FISCHER, J.; EISENSTADT, T. A. Introduction: comparative party finance. What is to be done?. Los Angeles. **Party Politics Review**, v. 10, n. 6, p. 619-626, 2004.

GALLI, E.; ROSSI, E. P. S. Political budget cycles: The case of the Western German Länder. **Public Choice**, v. 110, p. 283-303, 2002.

GUJARATI, D. Econometria básica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 924 p.

HEINE, Klaus; MAUSE, Karsten. Policy Advice as an Investment Problem. **Kyklos**, v. 57, n.3, p. 403-428, 2004.

HIBBS, Douglas A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, n. 71, p. 1467-1487, 1977.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. **The political quarterly**, v. 14, p. 322- 331, out./dez. 1943.

KLEIN, F. A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. **RAP**, v. 44, n. 2, p. 283-337, Rio de Janeiro, mar./abr. 2010.

_____. Elections and Fiscal Policy at the Municipal Level in Brazil. 2012. 102 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2012.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, 37, p. 21-36, 2014.

KNEEBONE, R.; MACKENZIE, K. Electoral and partisan cycles in fiscal policy: an examination of Canadian provinces. **International Tax and Public Finance**, v. 8, p. 753-774, 2001.

LEVY, E. Controle social e controle de resultados: um balanço dos argumentos e da experiência recente. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. O público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MAGALHÃES, M. A.; TOSCANO, V. N. Medindo a concentração de investimentos regionais: o caso do Estado do Espírito Santo. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, jan./jun. 2011.

MANN, T. El sistema de financiamiento de campañas em Estados Unidos bajo estudio: problemas y perspectivas de cambio. **Revista Ciencia Política**. Chile. v. 20. n. 1, p. 61- 84, 1999.

NAKAGUMA, M.; BENDER, S. Mudança institucional e política fiscal no Brasil: uma avaliação da experiência recente. Brasília: ESAF, 2005.

_____. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 64, n. 1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2010.

NORDHAUS, W. D. The Political Business Cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 44, 1998.

OLIVEIRA, K. V.; CARVALHO, V. A. A. A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: Uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no

77 período 1998 – 2006. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 56 – 57, jan./abr. 2009.

PELTZMAN, S. How efficient is the voting market?. **Journal of Law and Economics**, vol. 33, nº 1, p. 27-64, 1990.

_____. Voters as Fiscal Conservatives. **Quarterly Journal of Economics**, p. 327-261, 1992.

PEREIRA, D. U. Financiamento público de campanha eleitoral e representação política. Monografia – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2008.

PERSSON, T; TABELLINI, G. Macroeconomic policy, credibility, and politics. London: Harwood Academic Publishers, 1990. 186 p.

PORTO, A.; PORTO, N. Fiscal decentralization and voter's choices as control. **Journal of Applied Economics**, v. 3, n. 1, p. 135-167, 2000.

ROGOFF, KENNETH. Equilibrium Political Budget Cycles. **American Economic Review**, v.80, n. 1, p. 21-36, mar. 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Election and macroeconomic cycles. **Review of Economics Studies**, v. 55, p. 1–16, 1988.

SAKURAI, S. N. Ciclos Políticos nas Funções Orçamentárias dos Municípios Brasileiros: Uma Análise para o Período 1990-2005 Via Dados em Painel. **Estudos Econômicos**, v. 39, N. 1, p. 39-58, jan./mar. 2009.

SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A. P. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001). **Economia Aplicada**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 27-54, jan./mar. 2007.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, v. 137, p. 301-314, 2008.

SALLABERRY, J. D.; VENDRUSCOLO, M. I.; RODRIGUES, L. F. Receitas Eleitorais: da Teoria Contábil à Prática. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p-56-65, jan./abr. 2014.

SCARROW, S. E. Explaining political finance reforms: competition and context. **Party Politics Review**, Los Angeles. v. 10, n. 6, p. 653-675, 2004.

SCHUKNECHT L. Political Business Cycles in Developing Countries. **Kyklos**, v.49, n.2, p. 155-70, 1996.

_____. Fiscal Policy Cycles and public expenditure in Developing Countries. **WTO working paper**, 1998.

SHI, M.; SVENSSON, J. Political budget cycles: do they differ across countries and why? **Journal of Public Economics**. v. 90, p. 1367-1389, 2006.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, 131, p. 45–64, 2007.

VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**. v. 25, n. 1, p. 63-77, 2009.